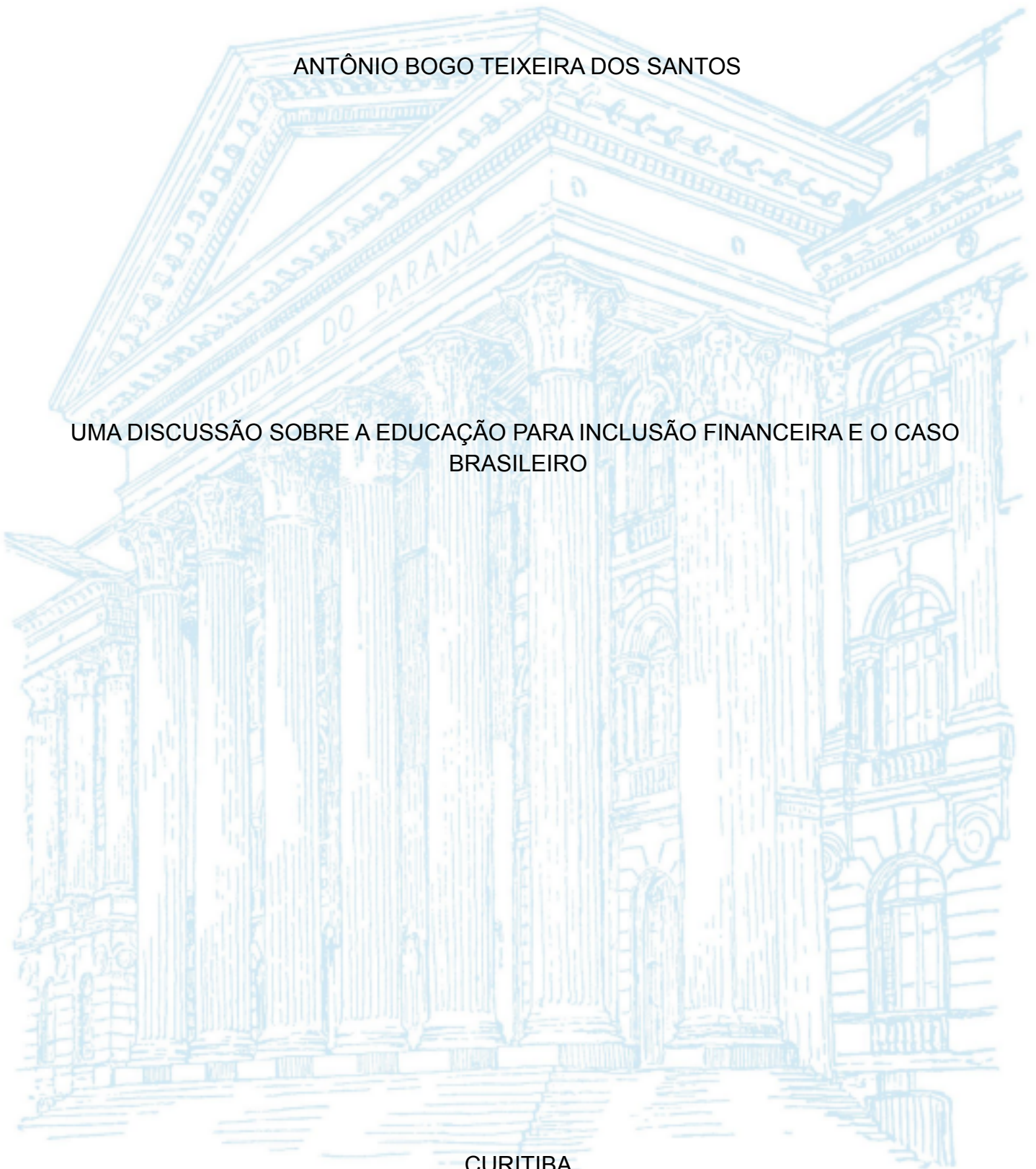


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANTÔNIO BOGO TEIXEIRA DOS SANTOS

UMA DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO FINANCEIRA E O CASO
BRASILEIRO

CURITIBA
2023



ANTÔNIO BOGO TEIXEIRA DOS SANTOS

UMA DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO FINANCEIRA E O
CASO BRASILEIRO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Wellington da Silva Pereira

CURITIBA
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, Nicole e Marcelo, por todo o incentivo e apoio durante a graduação em Ciências Econômicas. Sem o conforto, os conselhos e a confiança eu dificilmente estaria finalizando esse curso longe de casa. Além disso, sou grato pelo suporte oferecido pela minha madrasta, Tatiana, e pelo meu padrasto, Giuliano. Agradeço, também, à minha companheira de vida, Victória, que tem sido uma melhor amiga e parceira de importância indescritível para mim. Muito obrigado por todo o amor, carinho e estrutura que têm nutrido nossa relação.

Muito obrigado ao professor Wellington da Silva Pereira, meu orientador, por toda a paciência e atenção que ofereceu para a realização deste trabalho. Por fim, agradeço muito ao corpo docente, aos servidores e a todas as pessoas que compõem o efetivo do Departamento de Economia e da Universidade Federal do Paraná, por proporcionarem a mim e a milhares de outros alunos um ensino de excelência, impactando de forma imensurável a vida de todos.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo apresentar o conceito da educação financeira, primeiramente, por um viés acadêmico, expondo diferentes definições que se completam e auxiliam a compreensão das vantagens em se ter uma população educada financeiramente. O segundo ponto abordado são os casos de sucesso no mundo, apresentados com o objetivo de entender o funcionamento e a eficiência das estratégias nacionais, e se realmente geram um efeito positivo aos indivíduos. Os casos de sucesso exemplificados foram de países europeus e asiáticos. Já o último objetivo é específico ao caso do Brasil. No qual é exposta a situação econômica da população, o nível de inadimplência e, se possuem condições de se pagar essas dívidas, as quais na maior parte das vezes provém do uso excessivo do cartão de crédito. O país já demonstrou ações de inclusão financeira. Como resultado, o aumento na bancarização dos brasileiros por meio do Banco Postal. Outra iniciativa discutida foi o caso da Agência Barco, que tinha como objetivo atender a população ribeirinha. Esse tema é abordado por meio da metodologia descritiva e da pesquisa bibliográfica, se utilizando de nomes referentes no assunto com o objetivo de fomentar a discussão teórica e prática.

Palavras-chave: Educação financeira. Inclusão financeira. Alfabetização financeira.

ABSTRACT

This monograph aims to present the concept of financial education, firstly, from an academic perspective, exposing different definitions that complement each other and help to understand the advantages of having a financially educated population. The second point addressed is the success stories in the world, presented with the aim of understanding the functioning and efficiency of national strategies, and whether they really generate a positive effect on individuals. The successful cases exemplified were from European and Asian countries. The last objective is specific to the case of Brazil. In which the economic situation of the population is exposed, the level of default and, if they are able to pay these debts, which in most cases come from the excessive use of the credit card. The country has already demonstrated financial inclusion actions. As a result, the increase in bank access by Brazilians through Banco Postal. Another initiative discussed was the case of Agência Barco, which aimed to serve the riverside population. However, it was noticed that it was of little use in terms of the emancipation of individuals through financial inclusion, receiving assistance and banking services, if they are not educated to benefit from the available products.

Keywords: Financial education. Financial inclusion. Financial literacy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA...	
.....	15
FIGURA 2 – O CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	17

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PORCENTAGEM DE ADULTOS FINANCEIRAMENTE ALFABETIZADOS.....	20
GRÁFICO 2 – TAXA DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO IDOSA POR CADA 100 HABITANTES EM IDADE DE TRABALHO.....	22
GRÁFICO 3 – PERCENTUAL DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS NO BRASIL.....	27
GRÁFICO 4 – FAMÍLIAS INADIMPLENTES NO BRASIL.....	28

SUMÁRIO:

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	MAPEAMENTO CONCEITUAL SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	11
2.1	ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA.....	15
3	PANORAMA GLOBAL.....	17
3.1	EUROPA.....	18
3.2	ÁSIA.....	22
4	PANORAMA BRASILEIRO.....	24
4.1	INCLUSÃO FINANCEIRA.....	27
4.2	A ESTRATÉGIA BRASILEIRA.....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

1. INTRODUÇÃO

O dinheiro está presente na história da humanidade desde o século VII A.C. e a relação que se construiu nesses anos mostrou a importância de governos e instituições serem capazes de administrar esse recurso com sabedoria (CASA DA MOEDA DO BRASIL, 1984; GONÇALVES, 1984). As evidências históricas mostram a atual hegemonia dos Estados Unidos (SAGGIORO GARCIA, 2010), com empresas influentes no mundo todo, até a formação de ricos impérios na antiguidade, como o dos romanos, os quais perduraram por dez séculos (GIBBON, 2005). Em contraste à importância que governos e empresas reconhecem ao dinheiro e em como administrá-lo, essa clareza da usabilidade e gerenciamento desse recurso não é refletida para a maior parte dos indivíduos.

A falta de contato que a população tem com a gestão de suas finanças, no dia a dia, é um dos pontos que explica o alto endividamento das famílias do Brasil, segundo Nitahara (2022). É importante considerar a crise atual, que carrega consequências da pandemia e agravamentos consequentes da guerra da Rússia e da Ucrânia. No entanto, para Ferreira (2017), isso reflete a falta de planejamento dos brasileiros para emergências futuras. A maioria dos brasileiros possuem inexperiência em situações de desemprego e dificuldades em organizar suas dívidas (MACEDO JR., 2007).

Outra medida que agrava essa ausência de instruções é a quantidade de instituições financeiras que crescem a cada ano, principalmente as *fintechs* e os bancos digitais, os quais se beneficiaram com a nova regulamentação do Banco Central, com a implementação do PIX e do *open banking* (GARCIA, 2021). E o isolamento social, durante a pandemia, contribuiu para criar um ambiente propício para serviços digitais começarem a operar em maior escala. O resultado é a grande variedade de cartões de crédito sendo ofertados, diferentes meios de pagamentos à disposição dos usuários e uma alta disponibilização de crédito. De um ponto de vista, esse cenário é considerado bom, já que as *fintechs* estão desafiando a concorrência do oligopólio dos grandes bancos, diferenciando-se no atendimento ao cliente e digitalizando operações que antes eram só realizadas em agências físicas. Por outro lado, essa abundância de opções de serviços bancários oferecidos, somados à alta da inflação contribuem para o endividamento da população e ao consumo não consciente.

Dentro do contexto de consumo dos brasileiros não há educação que incentive as pessoas a tratarem o dinheiro de forma administrativa, de acordo com Silva (2004). Por isso, não existe uma reflexão sobre o contexto financeiro em que o indivíduo se encontra e nem como cada gasto irá impactar o futuro daquela família. Visto que o consumidor é influenciado por tudo aquilo que afeta a construção da sua personalidade, como crenças, costumes, família, valores, idade, sexo e raça, além de fatores externos já mencionados, a educação financeira entra na discussão como sendo a parte racional dessa balança, com o propósito de equilibrar, diante das vontades e necessidades que os seres humanos não conseguem controlar (GIGLIO, E., 2002).

Como objetivo geral, este trabalho, por meio da metodologia descritiva e de pesquisa bibliográfica, pretende identificar e discutir as características e justificativas que tornam os investimentos em educação financeira tão necessários para que a população possa ter mais consciência e conhecimento para gerenciar sua vida financeira. Isso tem se tornado cada vez mais importante e necessário dado o aumento da exposição a produtos financeiros, métodos de pagamentos e variação de preços por parte da população que precisa ter habilidades de autogerenciamento para evitar fraudes e endividamentos insolúveis. Ainda, o trabalho aborda cenários onde existem políticas de fomento à educação financeira em diferentes contextos culturais e regionais.

O trabalho está dividido em três capítulos. Como primeiro capítulo e objetivo específico, tem-se como propósito apresentar o debate conceitual sobre educação financeira e as principais características de como cada estudioso e instituição aborda o tema. A partir do segundo objetivo específico, o capítulo seguinte busca explorar os casos externos de países que se destacaram e se tornaram modelos, apresentando-se um panorama da educação financeira na Europa e na Ásia. E por último, no capítulo três o foco é o Brasil, no qual são apresentados dados comportamentais da sociedade brasileira e estratégias que o país já adotou para fomentar a educação financeira.

2. MAPEAMENTO CONCEITUAL SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Os conceitos sobre educação financeira variam entre organizações, instituições e pensadores, e essa discussão aumentou após estudos da influência da psicologia no comportamento dos agentes no mercado financeiro, comprovando que o comportamento de agentes econômicos não é condizente com o que a teoria das expectativas racionais propõe. Nesse sentido, Simon (1955) afirmou que a razão de haver limitações nas tomadas de decisões racionais provém da habilidade cognitiva das pessoas e da dificuldade das questões financeiras. Assim, se forma a conjectura sobre a racionalidade limitada no âmbito de tomada de decisões, originária de informações assimétricas ou incompletas. Nesse contexto, o questionamento sobre a pertinência na influência da educação financeira em decisões de consumo e hábitos rotineiros veio à tona.

A educação financeira, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), é a melhora na compreensão sobre produtos e conceitos financeiros, de modo que os indivíduos consigam se informar e se orientar, aumentando suas competências e autoconsciência necessárias no momento em que se depararem com oportunidades de risco, tal como parcelamentos de bens ou até investimentos e, então, concluírem com uma escolha mais próxima da racional em termos de viabilidade econômica. Além de terem a capacidade de buscar informações qualificadas que possam auxiliar no seu bem-estar.

Para uma melhora na compreensão do significado de educação financeira, e como isso é disseminado pelos países não membros, a OCDE entendeu a necessidade de desenvolver um estudo com o intuito de analisar programas vigentes e propor ações para diminuir essa ausência de conhecimento. A organização gerou princípios e recomendações disponibilizadas na lista a seguir:

FIGURA 1 - PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Princípios e recomendações de educação financeira

1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com conseqüências relevantes.
9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: OCDE, 2005.

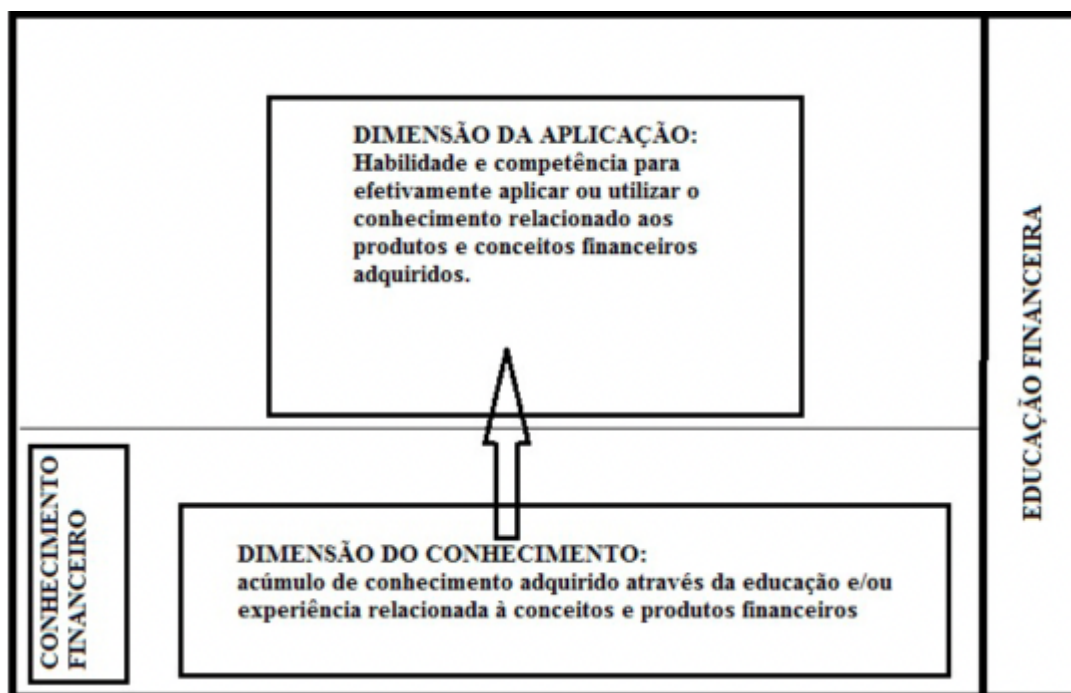
De acordo com a lista acima, ao incentivar o desenvolvimento de programas de educação financeira, a OCDE (2005) recomenda que essas aplicações do conhecimento se adequem à realidade do país, exemplificando que as pessoas que pretendem se aposentar devem estar atentas no quanto a renda total irá se alterar. Além disso, enfatiza que os órgãos administrativos e legais do país devem compreender o processo de educação financeira como uma ferramenta de equilíbrio e progresso econômico. O que pode interessar às instituições financeiras do país de modo que isso faça parte do relacionamento com os clientes, auxiliando na gestão de patrimônio e aumentando a compreensão das decisões financeiras deles. A OCDE (2005) acrescenta que a educação financeira deve ser um processo sem fim, sempre atualizado, à medida que os mercados vão evoluindo e se tornando cada vez mais complexos. Já no item 8, a organização traz uma recomendação que para todas as informações disponibilizadas pelas instituições financeiras é necessário que essas se certifiquem que os clientes leiam e compreendam, garantindo uma inclusão, conceito que será abordado no último capítulo deste trabalho. Completa a lista com um princípio fundamental, o qual diz que os programas devem ser guiados para que os indivíduos sejam competentes em suas finanças.

De acordo com Fonseca et al. (2012) a maneira que são determinadas as definições e as formas de medir a educação financeira variam entre estudiosos e pesquisadores, os quais aplicam competências e particularidades para se alcançar a compreensão do comportamento financeiro. A título de exemplo, por um lado, Lucci et.al. (2006) estimam a predominância da educação financeira nas vontades de consumo com base nas escalas que medem o grau de compreensão financeira das pessoas e suas ações a respeito das decisões financeiras. Por outro lado, para Huston (2010) a melhor forma de se medir a educação financeira é através da impulsividade, do viés comportamental, das preferências de investimento, das variáveis ambientais, das condições familiares e econômicas, das opções de investimentos, e da educação no geral. Essas são as variáveis que afetam essencialmente o âmbito do conhecimento financeiro prático, como apresentado na Figura 2.

Nesse sentido, com o propósito de compreender a dependência do grau de educação financeira com as características das decisões financeiras específicas de cada indivíduo, Fernandes et. al. (2013) executaram uma pesquisa que investiga

isso. E o desfecho é o entendimento do comportamento financeiro sendo motivado, positivamente, pela educação ou conhecimento financeiro. Porém, a evolução da educação dos indivíduos refletiu em uma alteração de apenas 0,1% nas mudanças do comportamento financeiro, em outros termos, para se ter um melhor resultado no comportamento das pessoas se mostrou necessário ter mais que uma elevação no conhecimento financeiro (FERNANDES et. al, 2013).

FIGURA 2 - O CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA



FONTE: METTE; MATOS apud Houston (2010, p. 4).

No contexto de melhorar a aplicação do conhecimento, Gathergood (2012) assegura que a causa da inadimplência, que nesse caso é relativa ao não pagamento de cartões de crédito, é consequência da carência do autocontrole somada à omissão da educação financeira.

Diante disso, Greenspan (2002) exemplifica a utilidade da educação financeira para os indivíduos como uma necessidade em estruturar orçamentos, introduzir a poupança, além de discernimento suficiente para traçar estratégias para os investimentos. O autor complementa afirmando que o planejamento financeiro familiar pode garantir a realização dos encargos de curto e longo prazo, auxiliando

no alcance da maximização do bem-estar, e considera isso relevante pelo histórico dos indivíduos serem sub-atendidos pelo sistema financeiro.

Acrescentando, Jacob et al. (2000, p. 8) entende que é possível aplicar o conceito de finanças a um extenso número de atividades associadas ao dinheiro no cotidiano, como o manejo de um cheque, o gerenciamento de cartões de crédito, o planejamento de um orçamento mensal, a retirada de um empréstimo, a compra de um plano de seguro ou até um investimento. E a educação, para o autor, implica no conhecimento dos termos, das normas sociais e nas atitudes práticas requisitadas para a compreensão e funcionamento dessas funções vitais.

As implicações de agentes bem informados minimizam a vulnerabilidade de uma condição precária do dinheiro em momentos de crises financeiras acentuadas. Além de que, quando a população não possui conhecimento prévio para controlar de maneira eficiente as finanças, os procedimentos de mercado e as potências competitivas se comprometem, de acordo com Zerrenner (2007, p. 26-27) referenciando Braunstein e Welch (2002), em uma reportagem do *Federal Reserve*. E é por essa razão que alguns teóricos diferenciam a parte aprendida da parte que realmente é posta em prática, e esse contraste é entre a educação e a alfabetização financeira.

2.1. Alfabetização financeira

Conforme Huston (2010), é comum considerar a expressão "alfabetização financeira" como tendo o mesmo significado de "educação financeira". Porém, a autora declara que o conceito entre os termos se difere, e pode causar problemas de interpretação. O conceito de alfabetização financeira engloba o de educação, e pode ser dividido em duas perspectivas: a compreensão, que se refere ao conhecimento financeiro pessoal, ou seja, a educação financeira, e a sua aplicação no comando das finanças pessoais. Dado que o conhecimento aplicado é o que fará a diferença no orçamento familiar, a alfabetização financeira, considerando o conhecimento e a aplicação, resulta em um comportamento individual que possa elevar o bem-estar financeiro. Acrescenta afirmando que indivíduos devem ter a habilidade e confiança de desempenhar seus conhecimentos com o intuito de aumentar a independência financeira.

Por esse ângulo, Criddle (2006) destaca que a alfabetização financeira não se restringe a saber conferir contas bancárias ou estimar os seus gastos futuros com base em seu orçamento. Mas também engloba o aprendizado da escolha diante de uma variedade de opções ofertadas para definir e alcançar os objetivos financeiros, ponderando o valor sobre o dinheiro.

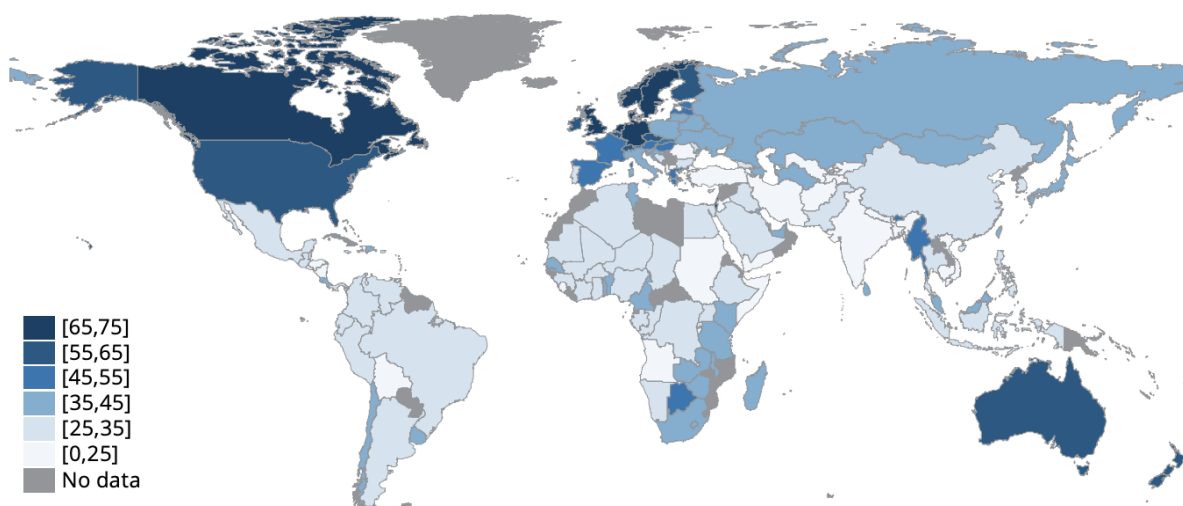
Conforme a pesquisa realizada por Remund (2010), se concluiu cinco princípios que se conectam ao conceito de alfabetização financeira, sendo eles: segurança em projetar o futuro; competência em gerir as finanças pessoais; compreensão dos conceitos financeiros; convicção na comunicação empregando estes conceitos, e capacidade em decidir questões financeiras pertinentes.

Portanto, a partir dos estudiosos citados se pode afirmar que a educação financeira deve ser uma preocupação para a sociedade no geral. As estratégias que devem ser tomadas precisam demonstrar a importância em se planejar financeiramente o orçamento familiar, a compreender os benefícios e malefícios de um cartão de crédito, e, a fomentar a ideia da criação de uma poupança. Assim, indivíduos conseguem ter uma maior previsibilidade de seus gastos, independente do contexto macroeconômico, alcançando um bem-estar financeiro que se reflete no bem-estar da família.

3. PANORAMA GLOBAL

De acordo com a *S&P Global Financial Literacy Survey*, uma pesquisa global sobre educação financeira, foram entrevistados 150 mil adultos em 140 países em 2015, com a divulgação dos resultados no ano posterior. O estudo engloba quatro perguntas com conceitos financeiros considerados básicos: diversificação de risco, inflação, habilidade numérica e juros compostos. Aqueles que respondem a pelo menos três das quatro perguntas corretamente, são classificados como financeiramente alfabetizados. A pesquisa é uma resolução conjunta da *Mc-Graw Hill Financial*, da *Gallup*, do *World Bank Development Research Group* e do *Global Financial Literacy Excellence Center (GFLEC)*. Em 2016 foram divulgados os resultados, em síntese no gráfico 1, e concluíram que a cada três adultos no mundo, dois são analfabetos financeiros, dos quais os mais afetados são mulheres, pessoas de baixa renda e baixo nível educacional. Já aquelas pessoas que possuem maior aproximação a serviços financeiros, como cartão de crédito e conta em banco, em média, apresentam um conhecimento financeiro maior, não importando o nível de renda. Logo, a média mundial de alfabetização financeira é de 33% da população adulta.

GRÁFICO 1 - PORCENTAGEM DE ADULTOS FINANCEIRAMENTE ALFABETIZADOS



FONTE: S&P Global FinLit Survey (2015).

Segundo Uuriintuya e Demertzis (2018) as decisões de poupar, gastar e investir fazem parte da vida de todos, e elas vêm acompanhadas de uma exigência cada vez maior de conhecimento financeiro. Acrescentam que se num cenário global uma a cada três pessoas não são capazes de responder perguntas que requerem baixo nível de conhecimento financeiro, como esses indivíduos vão responder quando se depararem com situações mais complexas, como investir num plano de pensão através de um contrato de hipoteca, por exemplo?

Com o intuito de entender como os países organizam suas estratégias de educação financeira, e como estão posicionados no *ranking* mundial, analisa-se as características dos principais destaques.

3.1. EUROPA

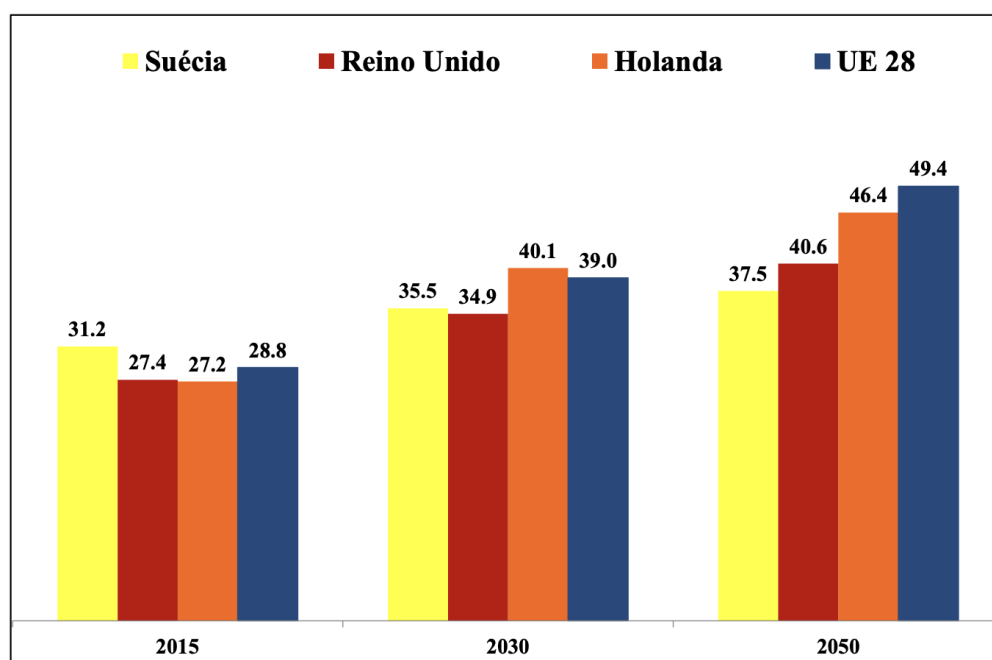
A União Europeia possui os países que melhor performaram no *ranking* de alfabetização financeira citado, chegando a uma média de 52% dos adultos financeiramente alfabetizados. A Dinamarca e Suíça apresentam uma taxa de 70% de alfabetização financeira. No entanto, o bloco também inclui países que obtiveram resultados abaixo da média global, como Portugal, o qual possui 26% da população alfabetizada financeiramente, e a Romênia com 22%.

Os autores Uuriintuya e Demertzis (2018) elencaram três principais pontos do porquê a alfabetização financeira importa na vida dos habitantes da União Europeia. 1) A União Europeia, em 2050, terá uma proporção populacional de a cada três pessoas uma terá mais de 65 anos de idade. Além disso, a relação entre pessoas trabalhando e aquelas com mais de 65 anos mudará de 4 para um, como é atualmente, para 2 para um, conforme o gráfico 2. No entanto, as aposentadorias pagas pelo governo devem se manter a mesma durante esse período. Então, pessoas com mais de 50 anos já estão preocupadas em saber se suas economias serão o suficiente para a aposentadoria. 2) A dívida hipotecária representa 85% de todas as dívidas que uma família da União Europeia possui. Por conta disso, entendem que a alfabetização financeira eleva a probabilidade de indivíduos não serem vítimas de ofertas atraentes e fraudulentas. 3) Crescimento é considerado inclusivo quando todos os indivíduos, independente do contexto socioeconômico de cada um, possuem a mesma oportunidade de ascensão social. E isso pode ser alcançado com investimento em educação financeira, principalmente com políticas

que afetam as crianças e os mais jovens, o que aprimora o conhecimento financeiro no geral, mas também influencia nas tomadas de decisões futuras (VAN ROOIJ et al, 2009).

Como a educação financeira possui um processo de aprendizagem ao longo da vida, é importante que ela seja ofertada aos jovens antes que precisem de fato pagar suas contas, ou seja, introduzir a vida de empregados antes que se deparam com vários tipos de fundos de aposentadoria para investir (LUSARDI et al, 2010).

GRÁFICO 2 – TAXA DE DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO IDOSA POR CADA 100 HABITANTES EM IDADE DE TRABALHO



FONTE: FONSECA; Bernardo apud Eurostat, (2016, p. 2).

Nota: esta taxa é a relação entre o número projetado de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, que na média corresponde a uma idade de inatividade econômica, e o número projetado de pessoas com 15 a 64 anos. O valor é apresentado para cada 100 pessoas em idade de trabalho (15-64 anos)

Um exemplo aplicado da educação financeira ofertada para crianças é da Comunidade Flamenga na Bélgica, a qual obteve a melhor performance europeia em alfabetização e em disponibilidade de educação financeira nas escolas, de acordo com a OCDE (2012). O projeto acontece através da inserção curricular, o tornando obrigatório no ensino médio. Prezando pela qualidade, a Comunidade Flamenga alcançou a maior porcentagem de professores comparecendo a cursos

profissionalizantes em educação financeira. Consequentemente, foi observado que houve uma melhora da performance em outras matérias relacionadas, como a matemática, leitura e ciências.

Como citado anteriormente, a Dinamarca está na liderança junto à Suíça no S&P *Global Financial Literacy Survey*. Isso se deve ao *Finans Danmark*, que é uma organização de interesse privado para instituições financeiras e de crédito hipotecário, a qual se compromete em organizar eventos para jovens de 13 a 16 anos com cunho financeiro todos os anos. A organização ajuda mais de 750 salas de aulas a terem um professor do setor financeiro para auxiliar o professor regular. E disponibilizam a cada ano materiais atualizados para essas aulas, mas também relatórios da situação econômica dos jovens dinamarqueses.

Além disso, a *Finans Danmark* coordena um quiz sobre o dinheiro de forma online, e obteve um engajamento expressivo, o que culminou em 2020 a primeira edição para a Europa inteira. Dessa forma, a Dinamarca se tornou um modelo exemplar com ações de baixo custo e alta eficiência na disseminação da educação financeira. A organização impacta anualmente 15.000 pessoas a compreenderem como organizar as finanças pessoais de uma maneira melhor. Outra instituição importante no país é o Ministério da Educação, o qual entende que os professores possuem a oportunidade de auxiliar na alfabetização financeira durante as aulas. Além de que, exercem um trabalho anual no desenvolvimento e na atualização do material ensinado junto às aulas de Matemática (EUROPEAN BANKING FEDERATION, 2020, p. 40).

Do outro lado, Portugal, que obteve uma média abaixo da global, demonstrou, de acordo com o *Financial Literacy Playbook for Europe* de 2020, uma estratégia nacional com a atuação da Associação Portuguesa de Bancos. Segundo a instituição, quanto maior o conhecimento dos consumidores, melhor a qualidade das decisões. E como uma estratégia de longo prazo, o objetivo é que isso reduza o risco de operações financeiras, e consequentemente desenvolvendo um sistema financeiro mais robusto. As iniciativas de educação financeira são vistas como parte da cidadania portuguesa e com uma responsabilidade social. As principais estratégias focam em escolas (com aulas de conscientização e com materiais didáticos) e programas de treinamento. Os funcionários dos bancos possuem um papel importante no treinamento voluntário, implementando suas experiências nessas atividades. Num contexto nacional, Portugal possui uma matéria obrigatória

de educação financeira, e desde 2011 sua nota no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) vêm aumentando.

3.2. Ásia

A China é a segunda maior economia com a maior população do mundo. De acordo com o S&P *Global Financial Literacy Survey*, o país possui 28% dos adultos alfabetizados financeiramente, desconsiderando Taiwan e Hong Kong. O que é uma taxa menor que a global, e igual à dos BRICS (Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul). Em contrapartida, a China obteve a maior nota no PISA em matemática de 2012. Segundo Xiao (2020, p. 3 *apud* OCDE, 2019), uma estratégia nacional está em desenvolvimento pelo Banco Popular da China. Porém, desde 2001, é possível encontrar escolas, como em Pequim e Xangai, que introduziram matérias específicas de educação financeira no currículo. Isso acontece por conta de uma política nacional de desenvolvimento autônomo que algumas escolas seguem. No entanto, elas devem respeitar o currículo nacional integrando tópicos de educação financeira a matérias nacionalmente obrigatórias, e isso ocorre desde os anos de 1970 em Xangai. O conhecimento financeiro para a população da China se mostrou estar associado à estruturação do portfólio, alcançar o bem-estar financeiro, preparação para aposentadoria, acessibilidade de crédito e o consumo doméstico (XIAO, 2020, p.4 *apud* CHU et al., 2017; JIANG et al., 2020; LI et al., 2020).

Já o Japão, como única economia desenvolvida da Ásia, possui 43% dos adultos financeiramente alfabetizados. Ao mesmo tempo que enfrenta problemas de estagnação econômica e envelhecimento de sua população, a Agência de Serviços Financeiros (JFSA) e o Conselho Central de Informações sobre Serviços Financeiros (CCFSI), são responsáveis pelo planejamento da educação financeira. Desde 2007 essas organizações desenvolvem conteúdos financeiros específicos para cada faixa etária para serem aplicados nas escolas. E essas aplicações são inseridas de modo complementar às matérias do currículo nacional, como em Estudos Sociais, Economia Doméstica e Educação Moral para jovens de até 12 anos. Em 2013 houve uma atualização no currículo nacional, no qual foi implementado matérias de educação financeira para todos os níveis de educação, desde o primário até o universitário (XIAO, 2020, p. 5 *apud* OCDE, 2020).

Outro contraste da Ásia é a Índia, com a segunda maior população no mundo e com 24% dos adultos financeiramente alfabetizados, se mantendo em última posição no bloco das economias emergentes, o BRICS. O órgão responsável pela coordenação da alfabetização financeira é o Estabilidade Financeira e Conselho de

Desenvolvimento (FSDC), o qual focou em espalhar a inclusão e a alfabetização financeira através da criação de políticas que viabilizem um ecossistema que provém auxílio institucional (XIAO, 2020). No entanto, de acordo com o Ramachandran (2012), as ações institucionais não resultaram numa melhora na vida financeira da população no geral. As causas são por conta da disparidade das informações ensinadas em sala de aula com o que de fato acontece no dia a dia. Complementa afirmando que a inclusão financeira não deve nem acabar nem começar com uma abertura de conta em banco, e essa superficialidade impossibilitou uma melhora mais relevante na vida dos indianos.

4. PANORAMA BRASILEIRO

Dadas as definições necessárias apresentadas anteriormente, de acordo com Braunstein e Welch (2002), é importante constituir um mercado com participantes informados, os quais auxiliam no fomento pela competitividade e eficiência econômica do próprio país. Além disso, um benefício de ter consumidores conscientes é o aumento das exigências por produtos mais convenientes para suprir as necessidades financeiras que os consumidores possuem. Isso influencia instituições financeiras a ofertarem produtos condizentes com as carências reivindicadas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

De acordo com dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC, 2022), divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o Brasil possui um longo trajeto de reestruturações na educação financeira da sua população para se alcançar um mercado com "participantes informados" que exijam produtos e condições melhores. No mês de junho de 2022, 77,3% das famílias brasileiras possuíam dívidas a vencer. Em relação a junho de 2021, houve um aumento equivalente a 7,6 pontos percentuais. Em abril o indicador chegou ao seu máximo histórico, com 77,7% de endividamento familiar, segundo a CNC, em um contexto em que a economia não está bem tracionada, com uma inflação alta e a renda se desvalorizando (ROUBICEK apud TAIOKA, 2022).

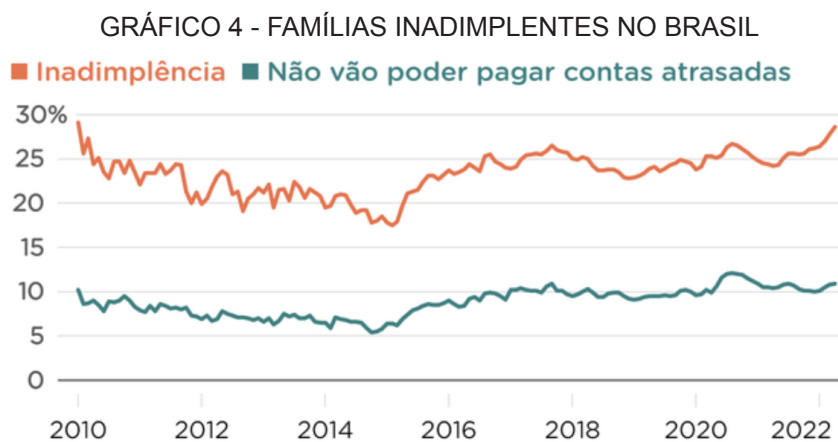
Para as famílias, o quadro econômico tende a significar uma troca da parcela que consomem pelo pagamento das dívidas (ROUBICEK, 2022). É importante especificar que uma família se encontra endividada quando ela deve um valor e esse precisa ser pago no futuro, por exemplo, parcelamentos no cartão de crédito, financiamento de uma casa e utilização do crédito consignado. Dentre essas categorias, o cartão de crédito é o que possui a maior parcela de endividados, representando 86,6% do total. Em junho de 2021, esse número era de 81,8% (CNC, 2022).

GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS NO BRASIL



FONTE: ROUBUCEK; MARCELO apud CNC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), 2022.

Conforme Lusardi e Tufano (2009), indivíduos com uma alfabetização financeira precária, considerando a compreensão sobre endividamento como parte integrante da educação financeira, são mais propícios a se envolver em transações de alto custo, com taxas elevadas, e se submeterem a aceitar empréstimos com juros consideravelmente altos (DONADIO; DE ABREU CAMPANARIO; DE SOUSA RANGEL, 2012). As causas disso são exemplificadas ainda pela pesquisa da CNC, onde a confederação aponta o nível de inadimplência dos consumidores. Os dados mostram que 28,5% das famílias possuem contas em atraso. Além disso, 10,6% de todas as famílias brasileiras afirmam que não possuem condições de pagar contas atrasadas. Esse registro de endividamento recorde no país se agravou em um momento em que a renda média dos trabalhadores alcançou o menor nível da série histórica, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ROUBICEK apud IBGE, 2022), o qual iniciou o registro em 2012. Adicionando a alta da inflação à conta, o resultado é um poder de compra deteriorado.



FONTE: ROUBUCEK; MARCELO apud CNC - Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), 2022.

Com base na *S&P Global Financial Literacy Survey*, os resultados do Brasil mostram que 35% dos adultos são educados financeiramente, ou seja, dos quatro assuntos perguntados, pelo menos três foram respondidos corretamente. A média mundial desse indicador é de 33%, nas economias emergentes, como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é de 28% e nas avançadas, como Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos, a média de adultos alfabetizados financeiramente é de 55%.

Outro tópico que esse estudo aborda é sobre os consumidores de crédito. Como os cartões de crédito estão ganhando popularidade nas economias emergentes, a pesquisa aponta que o nível de conhecimento financeiro não acompanha o crescimento deste produto. Por exemplo, no Brasil 32% dos adultos possuem cartão de crédito, dos quais 40% são considerados alfabetizados financeiramente, mas apenas metade desses adultos responderam à pergunta sobre juros compostos corretamente. Apesar de o Brasil apresentar um desempenho acima da média mundial nesse estudo, dada a quantidade de famílias inadimplentes, o consumidor brasileiro ainda demonstra hábitos que prejudicam a alfabetização financeira.

O último dado apresentado comprova que a facilidade que se criou o acesso a serviços financeiros influencia na maior transferência dos riscos aos indivíduos, por causa da complexidade e sofisticação dos instrumentos ofertados. Em função disso,

a OCDE (2015, p. 4) ressalta que a educação financeira é um "complemento valioso à inclusão financeira e à proteção ao consumidor".

4.1. Inclusão financeira

Para o Banco Central a inclusão financeira é definida como o processo legítimo de acesso e uso de serviços financeiros pela população do país, de modo que sejam convenientes a suas necessidades, e que melhorem a qualidade de vida (BCB, 2015).

Na década de 1990, o Conselho da Comunidade Solidária foi instalado no Brasil para a disponibilização legal do microcrédito. Logo em seguida, em 1997, o Banco Central do Brasil (BCB) inicia uma participação intensa com o conselho, e encabeça estudos e análises, para medir a viabilidade de se ofertar serviços financeiros para a população de baixa renda. O que pondera ser um elemento crucial para combater a desigualdade social do Brasil. Os mecanismos mais utilizados foram o de bancarização, simplificando a adoção de contas, e aproximação do Banco Central das cooperativas de crédito. O resultado dessa iniciativa é o do acesso a serviços financeiros em todos os municípios do país desde 2002 (FELTRIM; VENTURA; DODL, 2009).

Outra medida inclusiva que sucedeu a do Banco Central, foi a do Banco Postal. Criado em 2002, o Banco Postal (BP) nasceu da parceria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em parceria com o Banco Bradesco. Essa aliança forneceu serviços bancários, como conta corrente, cartões de crédito, recebimento de pagamentos de títulos, convênios, salários e benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O princípio da parceria é a inclusão bancária de brasileiros em regiões onde não havia contato com nenhum tipo de agência nem correspondentes bancários. O BP serviu ao governo para ser o meio prático e adequado de política pública para a inclusão financeira (OLEGÁRIO; GALLO, 2021).

Assim, o BP funciona como um correspondente bancário, possibilitando o fluxo e a distribuição de informações financeiras no Brasil. E ele se torna a via da materialização estatal nos municípios. Conforme Dias e Lenzi (2009, p. 3), o Banco Postal é "[...] um objeto híbrido, que combina serviço, tecnologia de comunicação e

produto, resultado de uma forma superior de inteligência financeira”. Além disso, o benefício de se ter uma rede espalhada pelo país proporciona a distribuição de benefícios sociais, conseqüentemente, o ganho de escala que os bancos e a própria Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ganhou oportuniza o aperfeiçoamento na oferta de novos produtos (OLEGÁRIO; GALLO, 2021).

Essas medidas desencadearam um crescente número de brasileiros bancarizados, chegando a 182,2 milhões em dezembro de 2021, de acordo com o Banco Central. Durante a pandemia do Covid-19, desde fevereiro de 2020, houve um aumento de aproximadamente 16,6 milhões de pessoas que se tornaram clientes das instituições financeiras (FERRARI, 2022).

Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), a disponibilização ao acesso de serviços financeiros é uma etapa importante para a inclusão social e que promove a igualdade. A federação entende que ao aumentar o número de transações em bancos, os usuários terão acesso a produtos e serviços que trarão mais comodidade, segurança e rentabilidade. Além de que o crédito fica mais acessível, diminuindo o risco de agiotagem (FERRARI, 2022).

Apesar de o Brasil vivenciar grandes ações de inclusão financeira, o país continua a não demonstrar uma melhora nas competências financeiras da sua população, como foi mostrado na pesquisa S&P *Global Financial Survey*, na qual o Brasil ficou na 67ª posição entre os 143 analisados, e na pesquisa do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), realizada em 2018, de 20 países analisados nos conhecimentos sobre finanças, o Brasil ficou em 17ª, o que evidencia uma relação entre a pobreza a complexidade em realizar contas financeiras do cotidiano (BERTÃO, 2020). Dadas as evidências de casos de inclusão financeira que o país obteve, compreende-se que o desafio está na educação das pessoas a gerir os recursos que a elas são direcionados.

Um caso que exemplifica essa dualidade entre inclusão e educação é o da Agência Barco. Foi um projeto que criou postos de atendimento bancário instalados em embarcações, dirigido pela Caixa Econômica Federal (Caixa). O objetivo era propiciar o ingresso de serviços bancários a populações de regiões ribeirinhas, nas quais uma agência bancária nunca foi instalada formalmente. De acordo com SANTOS e JOIA (2018), que estudaram a inclusão financeira na população ribeirinha, especificamente, aquela assistida pela agência da ilha de Marajó no Pará, as viagens da Agência Barco às regiões ribeirinhas acontecem uma vez ao mês e

permanecem dois dias em cada ponto. O funcionamento segue as regras de uma agência convencional, abrindo nos mesmos horários e oferecendo os mesmos serviços. Os clientes costumam abrir contas, contratar microcrédito, financiar materiais de construção, seguro de vida, crédito direto ao consumidor (CDC), cadastrar e desbloquear cartões, solicitar o Bolsa Família, liberar o FGTS, entre outras atividades. Essa agência atende 10 municípios na ilha de Marajó, dos quais oito possuem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo ou muito baixo. E somente quatro desses 10 municípios possuem agências bancárias, sendo apenas uma da Caixa, a qual é responsável pelo repasse das políticas públicas do governo federal.

Foram levantados dados sobre 18 clientes entrevistados, dos quais 47,8% possuem nível de escolaridade baixa, e um pouco mais da metade da amostra obtém benefícios sociais do governo federal. Além do mais, um terço da amostra chegou à agência por meio de barcos, provenientes de canais do rio. E todos os entrevistados possuem aparelhos celulares, embora que cerca de 50% da amostra não possui acesso à internet. Além de que, nove pessoas afirmaram que preferem resgatar por completo o saldo depositado na conta bancária. E os que possuem conta corrente ou poupança equivalem a 55,6% dos 18 entrevistados, com três destes não possuindo conta bancária.

Os clientes da Agência Barco relatam que apesar da gama de produtos oferecidos pela instituição, continuam com uma ausência de conhecimentos e habilidades que os permitem realizar escolhas apropriadas para aumentar o bem-estar financeiro (BCB, 2015). Como por exemplo: a preferência por dinheiro por conta de comércios que não aceitam cartões, somados com a desconfiança de métodos de pagamentos eletrônicos e a necessidade de auxílio para operar a tecnologia. Outro ponto levantado é a dificuldade na alteração da "cultura financeira", o que, de acordo com os autores, cria oportunidades para aumentar a conscientização da população, o que pode ser suprido pela educação financeira, a qual criaria demanda por serviços financeiros.

A dualidade mencionada anteriormente é exposta na conclusão da análise da Agência Barco. Os autores estabelecem que sem a educação financeira mínima, a população ribeirinha não é capaz de desfrutar de todas as opções que são oferecidas a ela, apesar da abundância de serviços financeiros oferecidos. Ressaltam a importância do fator da educação financeira em uma ação de inclusão,

pelo fato da educação ser "antecedente da consciência da população acerca da importância de se estar financeiramente incluído, sendo tal consciência um componente do ciclo virtuoso de empoderamento..." (SANTOS; JOIA, 2018, p. 24). Sem essa condição, a independência e o poder de escolha nunca serão características da população, mas também, dificilmente resultará em uma efetiva emancipação da população atendida. Então, concluem que pelo fato de a inclusão financeira requerer o acesso e, também, o uso de produtos financeiros, mas também a necessidade de uma infraestrutura mais robusta e tecnológica para alcançar mais habitantes isolados da ilha, e ainda com problemas gerenciais de divulgação do cronograma de visitas da embarcação, a Agência Barco não pode ser considerado um caso de sucesso.

4.2. A estratégia brasileira

Para entender como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) surgiu no Brasil, é necessário averiguar os precedentes globais. No começo dos anos 2000, havia começado uma percepção na relação entre as pessoas de baixa renda, e os excluídos financeiramente, e isso influenciou as discussões internacionais sobre o desenvolvimento econômico. Assim, o grupo formado pelos ministros das finanças das 19 maiores potências econômicas do mundo mais a União Europeia, o G20, produziu os Princípios para Inclusão Financeira Inovadora do G20. E dentre os princípios, havia uma exigência dos membros do grupo promoverem a educação financeira em suas nações. Além disso, antes mesmo do G20 se posicionar, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), em 2003, se aprofundou na discussão sobre educação financeira, e lançou no ano de 2004 o "*Financial Education Project*" (OCDE, 2004). O qual foi construído a partir de pesquisas realizadas nos países membros da organização, com o objetivo de entender o estado da arte da educação financeira, e na sequência, efetuou outra publicação em 2005 qualificando e examinando os projetos existentes. Um segundo resultado surgiu com o documento "*Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness*", o qual foi exposto na Figura 1 anteriormente, e serviu como uma solicitação a países membros e não membros a ponderarem as recomendações do documento e incentivar as áreas públicas e privadas a praticarem as ações (RIBEIRO, 2020).

Em paralelo, a partir de 2002 a população brasileira estava com o seu poder de compra crescendo, resultando em um aumento na demanda por produtos e serviços financeiros. Além disso, o crescimento da atividade econômica refletido no PIB, os programas sociais, o aumento do número de empregos formais, a melhoria no equilíbrio macroeconômico, a elevação dos salários mínimos causaram uma mudança na estrutura socioeconômica brasileira formando a "nova classe C" (RIBEIRO, 2020). O fruto desses acontecimentos foi uma queda de 58% da pobreza extrema entre 1993 e 2007, e uma redução do índice de Gini de 0,60 para 0,55, durante o mesmo período (2020, p. 6 *apud* NERI e CARVALHAES, 2008). Por conta desse contexto internacional e nacional, o debate sobre inclusão financeira veio à tona ao país.

A instituição que iniciou a construção de uma estratégia nacional de educação financeira foi o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), em 2007. Foi usado um grupo de trabalho (GT) para mensurar as necessidades da educação financeira do Brasil, avaliando a experiência de outros países, realizando uma pesquisa nacional e uma relação das iniciativas de educação financeira existentes no país (RIBEIRO, 2020).

O GT, ao examinar as experiências externas, entendeu que a preocupação em educar a população é amplamente difundida. Os governos dos países como EUA, Reino Unido, Austrália, Espanha e Nova Zelândia percebem que os instrumentos financeiros estão cada vez mais complexos, a expectativa de vida cresce a cada ano, e as mudanças na pirâmide socioeconômica. As iniciativas nesses países são feitas por entidades governamentais e do setor privado como mencionado no capítulo anterior. Na pesquisa nacional efetuada em 2008, foram entrevistadas 1.809 pessoas, em seis capitais distintas, com graus de escolaridade diversos. E os resultados realçam a falta de planejamento das finanças pessoais de longo prazo, sem antecedência de organização para a aposentadoria, estão suscetíveis aos riscos e fraudes, e não possuem capacidade para tomarem um empréstimo de forma financeiramente saudável. Já a relação das iniciativas presentes no país serviu para que houvesse um desligamento dos programas governamentais que possuíam um potencial conflito de interesses. Alguns projetos voluntários e da área financeira foram mapeados, embora não fossem complementares nem relacionados entre si. Por conta disso, o GT enxergou a importância em detalhar os primeiros conteúdos

para a concepção do direcionamento da ENEF, e foram eles: economia; crédito e juros; planejamento financeiro; investimentos; seguros; previdência social e defesa do consumidor. Outro mapeamento realizado foi o de profissionais qualificados de órgãos governamentais, como do Ministério da Fazenda, da Educação, a Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima), e psicólogos e pedagogos para auxiliarem no planejamento e na estratégia (RIBEIRO, 2020).

O plano diretor se formou a partir do trabalho desses profissionais junto ao GT com os seguintes objetivos: promover a educação financeira e previdenciária; aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e contribuir para a eficiência e a solidez do mercado financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (RIBEIRO, 2020). Dessa forma a ENEF se descreve como:

...uma mobilização multisetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial. O objetivo da ENEF, criada através do Decreto Federal 7.397/2010, é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (ENEf, 2017, p.1).

A ENEF tem o funcionamento de suas atividades de maneira descentralizada, com uma coordenação central. As iniciativas transversais abrangem várias disciplinas correlacionadas, com alcance nacional e possuem a necessidade do posicionamento de setores do governo e da iniciativa privada, tanto para formular, quanto para aplicar a educação financeira nas escolas. Já as iniciativas setoriais, também desenvolvidas de forma independente por órgãos públicos e/ou privados, almejam uma audiência em específico, mas deve ser vinculada ao plano diretor da ENEF (RIBEIRO, 2020).

Com o aperfeiçoamento da relação das áreas do governo e da iniciativa privada, além da centralização da coordenação no Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), foi possível viabilizar economicamente e financeiramente a Estratégia Nacional de Educação Financeira. O próximo passo sendo a inserção da proposta na agenda do governo, não há documentos que comprovem a intenção do Coremec

deliberar tal ação, mas entende-se que foi algo natural. Já que, havia uma forte intenção de incluir financeiramente os brasileiros nos últimos anos, disponibilizando microcrédito e incentivando o uso do Banco Postal, como foi citado no início desse capítulo, é possível que profissionais responsáveis pelas diretrizes econômicas entenderam a educação financeira como um complemento fundamental para o êxito do amplo projeto de incluir a nova classe C financeiramente. Paralelamente, outro fator que, segundo Ribeiro (2020), incentivou a inclusão da ENEF na agenda governamental foi a oportunidade de destacar o Brasil diante da OCDE, almejando se tornar um membro da organização.

No ano eleitoral de 2010, depois de oito anos do governo Lula, retratados pela agenda social, a assinatura do decreto presidencial que instalaria a ENEF estava num momento propício a acontecer. Porém, isso apenas aconteceu no final do mandato, o que, de acordo com Ribeiro (2020), só não fragiliza a continuação do projeto devido à mudança de governo, por conta da sucessora se comprometer continuar a gestão de forma similar a Lula. Outro fator que desacelerou e levou o Coremec a reunir sugestões e modificar a proposta foi a alta participação de empresários do sistema financeiro no GT da ENEF, e conseqüentemente, uma ausência de representantes da sociedade civil e defensores dos direitos do consumidor, e isso causou uma desarmonia nos interesses. Houve uma absorção total do canal de interlocução pelos prestadores de serviços financeiros, o qual deveria ter sido espaço da população consumidora, que é quem a ENEF quer atingir (RIBEIRO, 2020). E ao final daquele ano, abalos da crise financeira de 2008 repercutiram no país. Segundo Martins (2013, p. 72), a ENEF:

...surge num contexto caracterizado, de um lado, por uma associação de indicadores positivos na economia doméstica como o histórico crescimento da carteira de crédito; a vigorosa atividade econômica no período de 2005 a 2008; a robustez do mercado de trabalho e o crescimento sem precedentes da nova classe média e, de outro, por uma forte crise financeira internacional, pelos crescentes índices de inadimplência e de endividamento das famílias.

Dia 22 de dezembro de 2010, o Decreto n. 7.3797 sanciona a estrutura de governança que objetiva a permanente elaboração, implementação e qualificação da nova política pública nacional de caráter permanente. Portanto, a ENEF deixa de estar em fase pré-decisória, e passa a fazer parte da agenda governamental (RIBEIRO, 2020).

De acordo com FANTIN (2020), o PISA 2015 não apresentou diferença expressiva nos níveis de educação financeira de jovens estudantes mesmo depois do país ter implantado a ENEF. Por isso, enfatiza que a evolução do conhecimento financeiro é extensa, e necessita de ações regulares. Para questionar a efetividade das estratégias é necessário levar em conta as imprevisibilidades que ocorreram no país e no funcionamento da ENEF. Como por exemplo, constatou-se limitações jurídicas para ampliar as despesas públicas que objetivavam promover a educação financeira e, também, a criação de órgãos públicos. Ademais, no Brasil, as políticas de incentivo à educação financeira, no que se refere a destinação de recursos público e orçamentária, obtiveram êxito por conta da parceria à iniciativa privada. Outro fator repentino foi a descontinuidade do CONEF, que foi a peça indispensável na gerência da ENEF, no ano de 2019. O reflexo disso impacta na perenidade que a estratégia precisa para gerar resultados, e, segundo FANTIN (2020), o compromisso de assistência técnica acordado pelo CONEF em coordenar o ENEF está afetado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo apresentar os conceitos, as aplicações e os problemas que uma população pode enfrentar pela falta da educação financeira, se direcionado para o caso brasileiro pelas suas tentativas de inclusão e estratégias nacionais.

A discussão acadêmica sobre o tema aflorou quando Simon (1955) provocou a teoria das expectativas racionais, quando disse que existe uma dificuldade na tomada de decisões lógicas por conta da falta de habilidade cognitiva, e pelas informações chegarem até os indivíduos de forma assimétrica e distorcida. E esse foi o gatilho para começar a entender a importância de se educar financeiramente a população, principalmente com o aumento da oferta de serviços bancários digitais e a alta da inflação. O assunto ganha relevância quando se nota a ausência de ensino administrativo do dinheiro, conseqüentemente, não se leva em consideração a devida importância aos gastos que podem impactar futuramente uma família. Além dos assédios publicitários, cada indivíduo é influenciado por tudo aquilo que forma sua personalidade, como costumes, sexo, idade e família. E a educação financeira traz o propósito de ser a parte racional desse equilíbrio, muitas vezes visto como utópico e inalcançável, visto que o confronto contra as vontades pessoais é difícil de se vencer.

O debate acadêmico entre pensadores é complementar, principalmente na hora de se medir o nível de educação financeira. De acordo com Lucci et al (2006), é mais apropriado estimar o nível de educação financeira pelas vontades de consumo se baseando no grau de compreensão financeira, já Huston (2010) acredita que a melhor forma é observar a impulsividade, o viés comportamental, e as preferências pessoais. Porém, a evolução das mudanças de hábitos financeiros das pessoas não cresce na mesma proporção que se aprende sobre finanças. De acordo com Fernandes et al. (2013), para se ter um melhor resultado na aplicabilidade dos conceitos, e no comportamento dos indivíduos é necessário ter mais que uma elevação do conhecimento financeiro. Então, a discussão agrega valor para o assunto ao ponto de os governantes de países promoverem o benefício de se investir e disseminar o conhecimento financeiro.

A Europa possui a melhor performance no ranking de alfabetização financeira com uma média de 52% dos adultos educados financeiramente. Com destaques

para a Dinamarca e Suíça com 70% da população alfabetizada financeiramente. Os autores Uuriintuya e Demertzis (2018) entendem que as causas desse alto desempenho estejam relacionadas a clareza que os europeus possuem no envelhecimento da população, assim, não podem contar somente com o dinheiro da aposentadoria. Além disso, a União Europeia possui um alto índice de dívida hipotecária, o que entendem como mais um motivo para se educar e evitar fraudes.

O último tema abordado pelo trabalho foi o Brasil. Apesar de o país estar acima da média mundial, com 35% dos adultos alfabetizados financeiramente, o contexto econômico demonstra uma população endividada, principalmente pelo cartão de crédito, acarretando em altos índices de inadimplência. Esse aumento na disponibilidade de crédito e pagamentos *onlines* sofisticados e complexos comprovam a transferência dos riscos aos indivíduos. A OCDE ressalta que a inclusão financeira é funcional somente com o consumidor educado financeiramente. O Brasil demonstrou políticas de inclusão amplas e nacionais, como a parceria do Banco Postal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a qual disponibilizou acesso a agências em regiões que não possuíam tal recurso. Essa ação representou a via da materialização estatal nos municípios. O resultado foi uma bancarização em massa dos brasileiros. Outra política foi a Agência Barco, operada pela Caixa Econômica Federal, levando os serviços bancários para a população ribeirinha. Apesar da gama de produtos oferecidos aos indivíduos, os clientes continuam sem o conhecimento que os permitem realizar escolhas apropriadas para aumentar o bem-estar financeiro. Portanto, existe um embate entre educar e incluir financeiramente onde a ordem das ações faz diferença, mas a dificuldade de se gerar resultados e alcançar quem mais precisa é altíssima.

Apesar da dificuldade de encontrar dados fundamentados sobre a educação financeira no Brasil, o texto apresenta aquilo que está em torno e afeta o objeto principal. As ações de inclusão financeira exemplificadas demonstraram que a educação precisa acompanhar esse elevado número de clientes em instituições financeiras, por exemplo. Além disso, a partir dos casos de sucesso dos outros países, pode-se compreender que foi o resultado de políticas públicas persistentes, que atingiram os que mais tirariam proveito daquilo, os jovens. Portanto, o primeiro contato com esse conhecimento deve chegar às pessoas o quanto antes.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. Número 3, 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 15 Agosto 2022.

BATSAIKHAN, UURIINTUYA; DEMERTZIS, MARIA. **Financial literacy and inclusive growth in the European Union**. Bruegel Policy Contribution No. 2018/08. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/208015>.

BELANDI, Caio. **Em 2021, rendimento domiciliar per capita cai ao menor nível desde 2012**. Rio de Janeiro: Agência de notícias IBGE, 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>>. Acesso em: 22 Agosto 2022.

BERTÃO, Naiara. **Brasil é o 4º pior país em competência financeira de jovens, mostra PISA**. São Paulo: Valor Investe, 2020. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/educacao-financeira/noticia/2020/05/07/brasil-e-o-4o-pior-pais-do-mundo-em-competencia-financeira-de-jovens-mostra-pisa.ghtml>> . Acesso em 22 Agosto 2022.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial Literacy: an Overview of Practice Research, and Policy**. Federal Reserve Bulletin, nov. 2002.

CASA DA MOEDA DO BRASIL; GONÇALVES, Cleber Baptista. **Casa da Moeda do Brasil: 290 anos de História, 1694/1984**. Rio de Janeiro: Casa da Moeda do Brasil, 1984.

CENTRO OCDE/CVM DE EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. 2005. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomendação%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educação%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomendação%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educação%20Financeira%202005%20.pdf)> . Acesso em: 5 Agosto 2022.

CHU, Z., Wang, Z., Xiao, J. J., & Zhang, W. (2017). **Financial literacy, portfolio choice and financial wellbeing**. Social Indicators Research, 132(2), 799-820. (China). Acesso em 7 de outubro 2022.

CNC, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa Nacional de Inadimplência do Consumidor (PEIC)**. Julho, 2010. Disponível em <<http://www.portaldocomercio.org.br>>.

CRIDDLE, E. **FINANCIAL LITERACY: GOALS AND VALUES, NOT JUST NUMBERS**. Alliance, 34, 4, 2006.

DIAS, Leila Christina Duarte; LENZI, Maria Helena. **Reorganização espacial das redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores**. Caderno CRH (online), Salvador, BA, v. 22, n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Fabricio-Gallo/publication/348248309_Banco_Postal_e_Uso_do_Territorio_no_Brasil_da_inclusao_financeira_a_inclusao_digital_Postal_Bank_and_Use_of_Territory_in_Brazil_from_financial_inclusion_to_digital_inclusion/links/5ff4c06245851553a02278c2/Banco-Postal-e-Uso-do-Territorio-no-Brasil-da-inclusao-financeira-a-inclusao-digital-Postal-Bank-and-Use-of-Territory-in-Brazil-from-financial-inclusion-to-digital-inclusion.pdf>. Acesso em 10 Agosto 2022.

DONADIO, Rosimara; DE ABREU CAMPANARIO, Milton; DE SOUSA RANGEL, Armênio. **O PAPEL DA ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA DO CARTÃO DE CRÉDITO NO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES BRASILEIROS**. Revista Brasileira de Marketing, vol 11, núm. 1. enero-abril, 2012, pp. 75-93. Universidade Nove de Julho. São Paulo. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527005.pdf>>. Acesso em 5 Agosto 2022.

EUROPEAN BANKING FEDERATION. **Financial Education - National Strategies in Europe**. Good Practices Report, European Money Week, 2015. Disponível em: <<https://www.ebf.eu/wp-content/uploads/2020/11/EBF-Financial-Literacy-Playbook-for-Europe.pdf>> Acesso em: 28 Novembro 2022.

FANTIN, Lucas Alfredo de Brito. **Ações do estado para a promoção da educação financeira: uma análise da estratégia nacional de educação financeira - ENEF. 2020**. 148 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020. Acesso em 10 Janeiro 2023.

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski. **Projeto Inclusão Financeira: Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf>. Acesso em: 15 Agosto 2022.

FERREIRA, Hamilton. **16,6 milhões de brasileiros foram bancarizados na pandemia**. Brasília: Poder 360, 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/166-milhoes-de-brasileiros-foram-bancarizados-na-pandemia/>> . Acesso em 8 Agosto 2022.

FERREIRA, JULIANA CEZARIO. **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL PARA A QUALIDADE DE VIDA**. Caderno de Administração v.1. Revista do Departamento de Administração da FEA, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268/25017>>. Acesso em: 3 Agosto 2022.

FONSECA, Bernardo. **Ações de educação financeira e previdenciária na União Europeia**. Brasil, 2016. Disponível em: <<http://sa.previdencia.gov.br/site/2016/09/estudoprogeduart1.pdf>>. Acesso em: 22 Setembro 2022.

FONSECA, R.; MULLEN, K. J.; ZAMARRO, G.; ZISSIMOPOULOS, J. **What explains the gender gap in financial literacy? The role of household decision making**. Journal of Consumer Affairs, v. 46, n. 1, p. 90-106, 2012.

GARCIA, Ana Saggiaro. **Hegemonia e imperialismo: caracterização da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial**. Contexto Internacional [online]. 2010, v. 32, n. 1, pp. 155-177. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000100005>>. Epub 18 Out 2010. ISSN 1982-0240. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000100005>. Acesso em: 24 Agosto 2022.

GARCIA, Larissa. **SETOR FINANCEIRO CRESCE EM MEIO À PANDEMIA, COM BOOM DE FINTECHS E BANCOS DIGITAIS**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/numero-de-instituicoes-financeiras-cresce-em-meio-a-pandemia-com-boom-de-fintechs-e-bancos-digitais.shtml>>. Acesso em: 3 Agosto 2022.

GATHERGOOD, J. **Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness**. *Journal of Economic Psychology*, v. 33, n. 3, 590–602, 2012

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. Companhia de Bolso; Edição de bolso, 2005.

GIGLIO, E. **O comportamento do consumidor**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

GREESNSPAN, A. **Financial Literacy: A Tool for Economic Progress**. *The Futurist*, v. 36, n. 4, p. 37-41, July-Aug. 2002.

HERBERT, A. Simon. **A Behavioral Model of Rational Choice**, *The Quarterly Journal of Economics*, Volume 69, Issue 1, February 1955, Pages 99–118, <https://doi.org/10.2307/1884852>

HUSTON, Sandra J. **Measuring Financial Literacy**. *The Journal of Consumer Affairs*, Vol 44, No. 2, 2010.

JACOB, K. et al. **Tools for survival: An Analysis of financial literacy programs for lower-income families**. Chicago: Woodstok Institute, 2000.

JIANG, J., Liao, L., Wang, Z., & Xiang, H. (2020). **Financial literacy and retail investors' financial welfare: Evidence from mutual fund investment outcomes in China**. *Pacific-Basin Finance Journal*, 59, 101242.

KLAPPER, Leora; LUSARDI, Annamaria; OUDHEUSDEN, Peter van. **Financial Literacy Around the World: insights from the standard & poor's ratings services global financial literacy survey**. 2016. Disponível em: <https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/11/3313-Finlit_Report_FINAL-5.11.16.pdf?x70470>. Acesso: 22 Agosto 2022.

LI, J., Li, Q., & Wei, X. (2020). **Financial literacy, household portfolio choice and investment return**. *Pacific-Basin Finance Journal*, 101370.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. dos. **A Influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. IX Semead/FEA/USP,2006.

LUSARDI, Annamaria, Olivia S. Mitchell and Vilsa Curto (2010) '**Financial literacy among the young**' Journal of Consumer Affairs 44(2): 358-380.

LUSARDI, Annamaria; TUFANO, Peter. **Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness** (March 2009). NBER Working Paper Series, Vol. w14808, pp. -, 2009. Available at SSRN <<http://ssrn.com/abstract=1366208>>. Acesso em: 6 Agosto 2022.

MACEDO JR., JS. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARTINS, A. Q. N. **A formação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do governo brasileiro**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2013.

METTE, Frederike Monika Budiner; MATOS, Celso Augusto. **UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ESTUDOS EM EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL E NO MUNDO**. RIMAR – Revista Interdisciplinar de Marketing, UEM, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/view/26616/16220>>. Acesso em: 5 de Setembro 2022.

NERI, M. C., CARVALHAES, L. **Miséria e a nova classe média na década da igualdade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2008.

NITAHARA, Akemi. **Endividamento das famílias é de 77,3% em junho, aponta CNC**. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-07/endividamento-das-familias-e-de-773-em-junho-aponta-cnc>>. Acesso em: 3 Agosto 2022.

OECD (2012) **PISA Financial Literacy Assessment of students**', Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.

OECD (2020). **PISA 2018 Results: are students smart about money?** <http://www.oecd.org/daf/pisa-2018-results-volume-iv-48ebd1ba-en.htm>

OLEGÁRIO, Polianna Teixeira; GALLO, Fabricio. **Banco Postal e Uso do Território no Brasil: da inclusão financeira à inclusão digital**. Geografia (Londrina), v. 30, n. 1, p. 23-41, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Fabricio-Gallo/publication/348248309_Banco_Postal_e_Uso_do_Territorio_no_Brasil_da_inclusao_financeira_a_inclusao_digital_Postal_Bank_and_Use_of_Territory_in_Brazil_from_financial_inclusion_to_digital_inclusion/links/5ff4c06245851553a02278c2/Banco-Postal-e-Uso-do-Territorio-no-Brasil-da-inclusao-financeira-a-inclusao-digital-Postal-Bank-and-Use-of-Territory-in-Brazil-from-financial-inclusion-to-digital-inclusion.pdf> . Acesso em: 10 Agosto 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **National Strategies for Financial Education**. OECD/INFE Policy Handbook. 2015. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/National-Strategies-Financial-Education-Policy-Handbook-Highlights.pdf>>. Acesso em: 10 Agosto 2022.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, OECD. **OECD's Financial Education Project**. 2004. Acesso em: 10 janeiro 2023.

Ramachandran, Ramakrishnan, **Financial Literacy and Financial Inclusion** (June 9, 2012). 13th Thinkers and Writers Forum, June 2012 , Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2204173>.

REMUND, D. L. **Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy**. Journal of Consumer Affairs, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.

RIBEIRO, Cristina Tauaf. **Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos**. Cadernos EBAPE.BR [online]. 2020, v. 18, n. 3 [Acessado 17 Janeiro 2023], pp. 486-497. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1679-395120190038>>. Epub 16 Out 2020. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190038>. Acesso em: 6 Janeiro 2022.

ROUBICEK, Marcelo. **Por que o endividamento das famílias brasileiras só aumenta**. São Paulo: NEXO, 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/05/03/Por-que-o-endividamento-das-fam%C3%ADlias-brasileiras-s%C3%B3-aumenta>>. Acesso em: 5 Agosto 2022.

SANTOS, Ricardo Paschoeto dos; JOIA, Luiz Antonio. **Inclusão financeira de populações ribeirinhas: avaliação de impacto da Agência Barco**. Revista de Administração Pública [online]. 2018, v. 52, n. 4, pp. 650-675. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612171861>>. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/0034-7612171861>. Acesso em 2 Agosto 2022.

SAVOIA, José Roberto Ferreira, Saito, André Taue e Santana, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública [online]. 2007, v. 41, n. 6 [Acessado 24 Agosto 2022] , pp. 1121-1141. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>>. Epub 26 Fev 2008. ISSN 1982-3134. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>.

SILVA, E. D. **Gestão em Finanças Pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira**. Rio de Janeiro: Quatymark, 2004.

VAN, Rooij; Maarten, Annamaria Lusardi and Rob Alessie (2009) '**Financial literacy and retirement planning in the Netherlands**', DNB Working Paper No.231/November.

XIAO, Jing Jian. **Financial Literacy in Asia: A Scoping Review (December 5, 2020)**. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3743345> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3743345>

ZERRENER, S. A. **Estudo sobre as Razões para o Endividamento da População de Baixa Renda**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
